



Carlos Frederico Sant'Anna Pinheiro/123RF

**Uma preceptiva
do Oitocentos:
a Arte de escrever,
de Machado Coelho**

Jean Pierre Chauvin



resumo

Durante o final do século XIX, circularam diversos manuais de cunho pragmático no Brasil. Concebidos como obras a orientar práticas profissionais, elas também poderiam ser lidas à luz de determinados preceitos retóricos, que se supunham extintos com o advento do Romantismo. Neste trabalho, examina-se o *Novo manual epistolar ou Arte de escrever*, de Machado Coelho, publicado em 1882.

Palavras-chave: Oitocentos; *Arte de escrever*; retórica.

abstract

Along nineteenth century, many pragmatic manuals circulated in Brazil. Conceived as works to guide professional practices, they could also be read under rhetorical precepts, which were supposed in extinction since the advent of Romanticism. In this work, we examine Novo manual epistolar ou Arte de escrever, published in 1882 by Machado Coelho.

Keywords: 19th Century; *Arte de escrever*; rhetoric.

“E, na verdade, não há coisa mais útil que a Retórica; mas não há alguma que com mais negligência se trate neste Reino”
(Verney, 1950, p. 3).

“[...] tenha o cuidado diante do verdadeiro e real, [...] um historiador que classifica de forma adequada e representa com arte”
(Gervinus, 2010, p. 45)

“A história é distinta de todas as outras ciências, já que também é uma arte”
(Leopold von Ranke apud Rüsen, 2016, p. 89)

PROÊMIO

Costuma-se afirmar, com alguma imprecisão, que a retórica e as demais artes preceptivas hibernaram – se é que não morreram –, entre o final do Setecentos e o início do Oitocentos. A princípio, essa condição valeria especialmente para a França e a Alemanha, insufladas, respectivamente, pelos conceitos de Civilização (*Civilisation*) e Cultura (*Kultur*), nos termos de Norbert Elias¹. A tradi-

ção também ensina que, naqueles países, o racionalismo setecentista teria sido mais bem orientado pelas “Luzes” – ora vinculadas ao Iluminismo (*Illuminisme*), ora ao Esclarecimento (*Aufklärung*). Como em Portugal e, por extensão, no Estado do Brasil, era maior o contato com a cultura, as ideias e a moda francesa, adotou-se a terminologia iluminada e culta, desde o final do Setecentos.

apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (Elias, 1994, pp. 23-4).

1 “‘Civilização’ [...] não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais. Acima de tudo, é grande a diferença entre a forma como ingleses e franceses empregam a palavra, por um lado, e os alemães, por outro. Para os primeiros, o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já no emprego que lhe é dado pelos alemães, *Zivilisation* significa algo de fato útil, mas,

JEAN PIERRE CHAUVIN é professor de Cultura e Literatura Brasileira da Escola de Comunicações e Artes da USP e pesquisador credenciado no Programa de Pós-Graduação Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP.

Neste artigo, reflete-se sobre a continuidade da tradição retórico-poética em que se escoravam os manuais de etiqueta, instrução e outras preceptivas que circularam no universo luso-brasileiro, entre os séculos XVIII e XIX. Para encaminhar a questão, recorreu-se a pressupostos da historiografia e da filosofia que permitem reposicionar as letras brasileiras, cujas premissas mais discutíveis continuam a orientar a interpretação de textos homogeneizados como “literários”, desde antes de o conceito ser disseminado no Brasil – o que só veio a acontecer por intermédio de homens letrados, equipados com a *Enciclopédia* francesa, no final do Setecentos.

Um dos pressupostos dos manuais de “literatura brasileira” (que passaram a circular na metade do século XIX), perpetuados durante a maior parte do século XX, era de que os poetas posteriormente denominados “arcades” teriam contestado e superado as amarras terminológicas, assuntos e estruturas da arte “literária”, embora resgatassem formas, temas e modelos, como adeptos do chamado “neoclassicismo”. Para além de questionar o predicado (“neoclássico”), implicaria reconhecer que o que se produziu no universo luso-brasileiro, no final do século XVIII, deve muito à concepção dos letrados daquele tempo. Em seus tratados sobre poesia e civilidade, reforçava-se a longa tradição prescritiva na Europa, que, havia dois séculos, era irradiada para algumas possessões do reino. Jacques Revel (2013, p. 169) lembra que “o século XVI é o de um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos. Submete-os às normas da civilidade, isto é, às exigências do comércio social”.

Não será demasiado ver nos tratados do século XIX elementos que continuaram a

tradição iniciada durante o chamado “Humanismo” português. Trata-se de consideração relevante, tendo em vista incertas obras “de referência” que costumam induzir o estudante a cogitar que os homens letrados do Setecentos miravam mais de perto as estéticas em vigor no século XVI do que no XVII, em uma pirueta transistórica que desprezaria os modelos produzidos mais perto de seu tempo. Por sinal, a aparente recusa em ler os textos de acordo com a mentalidade e os preceitos vigentes em sua época persiste em nossos dias, o que aproxima o exercício da crítica literária da reprodução de dogmas. José Murilo de Carvalho alertava, há quase 20 anos, para o papel da retórica em manuais que circularam na Europa entre o final do Setecentos e o início do Oitocentos:

“Outro indicador da divulgação dos estudos de retórica é um compêndio de Bento Soto-Maior e Menezes, publicado em 1794. Intitulado *Compêndio Rhetórico ou Arte Completa de Rhetórica*, o livro de 300 páginas pretende apresentar um método fácil de aprendizado para os curiosos que não querem frequentar aulas. Isto é, era uma espécie de livro que hoje poderia ter o título de ‘retórica para todos’, ou ‘manual do perfeito retórico’. [...] O conteúdo do texto segue o espírito da reforma de Verney. Os mestres da retórica, para Menezes, são Cícero e Quintiliano. A retórica destina-se a ensinar, deleitar e mover. Seu fim precípuo é persuadir, conseguir a adesão das pessoas. Divide-se de acordo com a natureza dos argumentos utilizados. Os argumentos podem ser demonstrativos ou laudatórios, próprios para os panegíricos (epitalâmios, genetliacos, orações fúnebres); deliberativos ou suasórios, que geram dis-

cursos sobre o útil e o honesto (petições, admoestações, recomendações, concitações); e judiciais, próprios para a defesa e acusação no foro”.

Desde que os românticos “nacionalistas”, sediados em Paris (1836), declararam-se adeptos da suposta liberdade formal, em parte cooptados pelo projeto mitificador do Império, passou-se a reiterar a ideia de que, no século precedente, os “árcaes” teriam inoculado uma estética “clara”, “pastoral” e “solar”, em “oposição” ao “barroco”: serpenteante, carola e obscuro. Isso, claro esteja, graças às noções de “bom gosto” em poesia, como recomendava Luís Verney quase cem anos antes: um erudito mais ou menos afinado com o projeto reformador da coroa portuguesa, levado a termo pelo então superpoderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo. No entanto, os preceitos da retórica seguiam em manuais de caráter oficial que, provavelmente, contavam com o beneplácito do mesmo Império:

“A importância dada à retórica revela-se, ainda, no fato de que, após a chegada da corte do príncipe D. João ao Brasil, em 1808, um de seus principais conselheiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, mais tarde feito ministro, abriu um curso de filosofia e de teórica do discurso e da linguagem. Não tendo encontrado manuais adequados, redigiu ele mesmo um compêndio publicado entre 1813 e 1820 sob o título de *Preleções Philosophicas*. Sua visão da retórica se parecia com a de Verney e se aproxima da que é defendida hoje por aqueles que procuram resgatar a disciplina da má fama que a acompanha. Para o autor das *Preleções*, a retórica não deveria separar-se da lógica

e da gramática, a teoria do raciocínio não deveria separar-se da teoria da linguagem. Isto é, a arte de pensar não se devia separar da arte de falar com clareza, a retórica não devia ser enfeite mas instrumento cotidiano de argumentação e persuasão” (Carvalho, 2000, pp. 133-4).

Aqui, também chamo a atenção para o estudo em que Cilaine Alves Cunha (2001, pp. 49-50 – grifos meus) apresenta os *Cantos* de Gonçalves Dias:

“Em diversos poemas de Gonçalves Dias, há um *grande esforço* no sentido de demonstrar que é a interioridade subjetiva a esfera da qual o poeta extrai sua inspiração. No poema ‘Prodígio’ da série ‘Visões’, por exemplo, o sujeito lírico, ao afirmar que não há interesse em definir a fonte do material a ser a partir daquele momento transformado em poesia, procura reduzir a distância que separa a objetividade da fantasia, a razão da imaginação”.

Há que se considerar que o poeta *se esforçava* para produzir efeitos de verdade nos versos. Mas nem sempre essa percepção da crítica acontece. Desde o Setecentos, os “poetas inconfidentes” foram concebidos equivocadamente como sementes “subversivas” do que viria depois. Assim, o ideal de “liberdade”, o sentimento “nativista” (ou “antilusitanismo”) e a chama “revolucionária” teriam sido agitados sincronicamente nas capitanias de Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, na transição para o Oitocentos. Os letrados daquele período seriam capazes de deflagrar as bases ideológicas, comportamentais e sentimentais do movimento “seguinte”. Isso permitiu aos novíssimos e interessados

ideólogos da “nação brasileira”² forjar um forte vínculo entre as artes e as ideias num e noutro tempo. A esse “intervalo” de três ou quatro décadas (conforme a data limite estipulada para o Arcadismo) afixou-se a etiqueta “Pré-Romantismo”.

Já com os modernistas (que não se limitavam ao punhado de seres extravagantes e geniais, instalados por três dias no caríssimo Teatro Municipal de São Paulo), qualquer tentativa de cultivo formal da arte teria sido interpretada como índice de conservadorismo, atraso e cafonice. Não por acaso, Olavo Bilac e Coelho Neto foram eleitos párias da cultura brasileira, acusados de produzir versos pomposos, artificiais e descolados da realidade nacional. De acordo com Ivan Teixeira (2002, p. 99), a rejeição iconoclasta aos escritores “formalistas” teria relação direta com a necessidade de afirmação dos pseudorrevolucionários culturais:

“[...] a qualidade de Bilac praticamente não foi contestada em vida. Até José Veríssimo, o mais austero defensor do que então se considerava boa literatura, elegeu alguns de seus sonetos como o ponto máximo a que tinha chegado a possibilidade de beleza nessa espécie de poesia no Brasil. Apesar disso – ou exatamente por isso –, o padrão de bom

gosto criado pela geração de Bilac foi vivamente combatido pelos modernistas de 22. No ‘Prefácio interessantíssimo’, manifesto de *Pauliceia desvairada*, Mário de Andrade cita alguns versos de sua autoria contra outros de Bilac. Apresenta os versos bilaquianos como ‘melodia’ ultrapassada; os próprios, ele os apresenta como ‘harmonia’ revolucionária, insinuando tratar-se da única opção aceitável para o momento. Manuel Bandeira e Oswald de Andrade, dentre outros, produziram sátiras bem-humoradas contra os parnasianos. Hoje, não é difícil perceber que a glória póstuma do maior ícone da poesia brasileira de seu tempo dificultava a afirmação dos jovens poetas do Modernismo. Conscientes da novidade dos valores que introduziam, não lhes restava alternativa senão a justificativa didática dos manifestos – com história e fundamentação teórica –, que, aliás, extrapolou a formalidade do texto escrito e manifestou-se também em conversas, posturas e gestos coletivos”.

Como sugeria o crítico, a despeito de essas e outras ideias pré-fabricadas terem sido sedimentadas nos manuais produzidos por historiadores da literatura brasileira, há tempos se desconfia que as coisas não sucederam exatamente segundo a perspectiva afetadamente sentimentaloides³, apregoadas

2 Essa discussão foi abordada didaticamente por Marilena Chauí (2000, p. 16): “A partir do século XVIII, com as revoluções norte-americana, holandesa e francesa, ‘pátria’ passa a significar o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma do Estado independente. Eis por que, nas revoltas de independência, ocorridas no Brasil nos finais do século XVIII e início do século XIX, os revoltosos falavam em ‘pátria mineira’, ‘pátria pernambucana’, ‘pátria americana’; finalmente, com o Patriarca da Independência, José Bonifácio, passou-se a falar em ‘pátria brasileira’. Durante todo esse tempo, ‘nação’ continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus”.

3 Como assinalou Alcir Pécora (2001, p. 192): “Tal excitação do patetismo fornece uma pista enviesada para se localizar o infortúnio mais geral, se não me engano, na leitura ulterior da poesia árcade, onde quer que ela tenha existido: com a ruptura da confiança aristocrática nas correspondências proporcionadas entre determinação essencial e manifestação convencional, com o fim do decoro pressuposto na arte clássica e a comum adoção da crença romântica e burguesa na profundidade e na interioridade do sujeito, potencializado no poeta e na obra de arte, os modernos herdeiros dos românticos tiveram sempre dificuldade de compreender o interesse poético da convenção, julgada invariavelmente artifício frio, aparência supérflua e escapismo social”.

pelos poetas românticos e por uma parcela da crítica, que ainda hoje acredita na honestidade dos poetas, confundido o autor com as variadas *personae* que inventa e dispõe, a atuarem no reino da métrica, em acordo com convenções e pragmáticas de seu tempo e lugar. A esse respeito, vale resgatar a lição de Meyer Howard Abrams (1971, p. 320), para quem “a Poesia [...] não é verdadeira ou falsa, porque, como expressão dos sentimentos, não profere assertivas sobre a realidade e ainda está fora da jurisdição do critério de verdade”. Não se nega, porém, que “o poder e o prestígio de ‘verdade’ eram muito grandes para tornar a palavra dispensável, e a crítica do século dezenove, como seus predecessores neoclássicos, continuou a usar ‘verdade’ como uma norma poética” (Abrams, 1971, pp. 312-3).

PRESCRIÇÃO

Se nos ativermos apenas à estatística, analisaremos que, de fato, os manuais de retórica, poética e boas maneiras não repercutiram com a mesma frequência no século XIX, e menos ainda no início do século XX, no Brasil. Não significa que os autores não estivessem preocupados com os meandros da linguagem e as margens do estilo; ou que inexistissem obras que tencionavam ensinar determinadas artes. Prova disso era o caso do *Novo manual epistolar ou Arte de escrever todo o gênero de cartas segundo o gosto actual*, de Machado Coelho⁴, impresso em Paris e publicado no Rio de Janeiro por “H. Garnier, Livreiro-Editor”,

em 1882. A respeito dos manuais que circulavam durante o Oitocentos, Socorro Barbosa (2011, p. 84) argumenta que:

“Estudar a prática da escrita epistolar no Brasil e em Portugal até o século XIX implica também, tal qual fazem os historiadores franceses, primeiramente, analisar a trajetória e as representações que ‘as sociedades fazem do seu próprio funcionamento’, nos textos denominados por Revel de ‘literatura das civilidades’, categoria a que pertence o primeiro desses manuais produzido em Portugal”⁵.

A discussão é oportuna e permite revisar concepções anacrônicas⁶ que continuam a preencher incertos manuais de literatura brasileira. A questão ganha ainda mais importância, se considerarmos os avanços na história dos conceitos (representada por Reinhart Koselleck) e a teoria da história (aqui, ilustrada por Jörn Rüsen)⁷. Para

4 Não foi possível localizar dados biográficos de Machado Coelho, autor do manual em questão, publicado em 1882.

5 A autora refere-se a *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, publicado em Portugal no ano de 1619.

6 De acordo com Fernando Brescancini Munhós (2015, pp. 10-1): “Tanto a história quanto a crítica literária que atuavam hegemonicamente nas Universidades brasileiras entre as décadas de 1950 e 1970 tinham por missão apresentar a síntese de uma identidade nacional que, claramente, começou a ser buscada nas primeiras décadas de formação do Estado brasileiro, ainda sob os patrocínios do Império. É fruto de um problema que se desdobra, dialeticamente, durante décadas: o Estado criado antes da Nação, mas que precisa dela para se legitimar”.

7 Como assinala Reinhart Koselleck (2014, p. 214), “todas as histórias que ocorrem, independentemente de quando e onde, são sempre novas para os envolvidos e os afetados”. Para Jörn Rüsen (2016, p. 93), “[...] a retórica na história não é nada exceto um conjunto de formas linguísticas dentro do qual o conhecimento histórico obtém sua vivacidade básica e elementar na vida humana prática. Os padrões de significação que dão aos fatos do passado seu sentido e significado à vida cotidiana são formas linguísticas de narrativas históricas que podem ser melhor descritas como *topoi* do discurso historiográfico”.

além do discurso ficcional, especificamente no que se refere aos gêneros instrucionais, Barbosa (2011, p. 81) demonstrou que os manuais orientados para a confecção de correspondências pulularam no Brasil, quando território português e, mais tarde, como país independente:

“Guia-nos a hipótese segundo a qual os manuais epistolares, a partir da segunda metade do século XIX, deixam de pertencer ao gênero dos manuais de civilidade, destinados à educação dos membros das classes abastadas, fato que garantia aos seus autores o *status* de ‘agentes’ deste processo (Choppin, 2004: 557)⁸ e passam a constituir um escopo de livros populares, que visam repetir fórmulas gastas, ‘utilíssimo a todas as classes’, como anuncia o catálogo nº 2, da Livraria Universal, de 1865”.

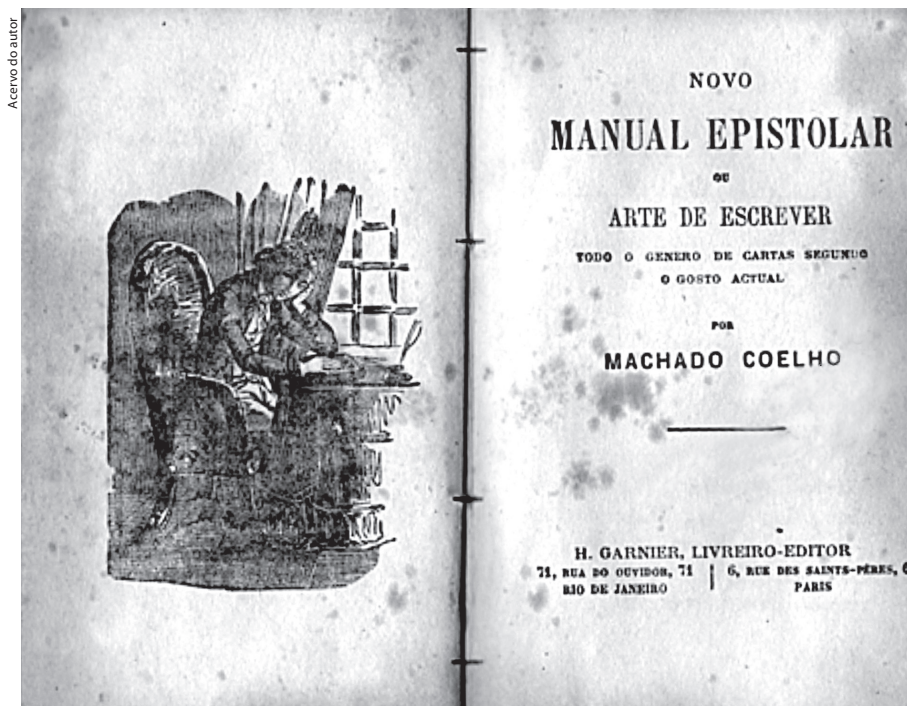
É preciso reposicionar as lentes ao examinar os artefatos culturais de outros tempos. O *Novo manual epistolar* seria recebido de modo bem diverso hoje – em que o livro digital se ajusta, cada vez mais, à comodidade personalíssima do leitor de *e-books* ou escutador de *audiobooks*. Coisa bem diferente acontecia em 1882. Àquela altura, a julgar pelo que dizem os manuais de literatura brasileira, a estética romântica havia sido superada pelo Realismo: movimento tido por mais objetivo e menos dado à narração de historietas sentimentais a celebrar o amor inverossímil entre índios e brancos, por exemplo.

Em tese, morto o Romantismo, com ele teriam evaporado, na sobredose etílica e na fumaça dos charutos, as últimas reminiscências lacrimosas ou grandiloquentes. Teoricamente, o pragmatismo burguês e as novas lições de etiqueta passariam a orientar o gosto e a recepção dos poucos leitores e frequentadores de cafés. Ora, continuavam a circular tratados de teor administrativo e etiqueta pessoal, a emendar eventuais traços de rudeza na corte. Isso precisa ser levado em conta para se refazer, de mais perto possível, a concretude do texto e sua recepção em outro período, como defende Roger Chartier (2017, p. 187):

“É contra a abstração dos discursos que o estudo da materialidade do texto, entendida no sentido que deram a essa expressão Peter Stallybrass e Margreta de Grazia, ressalta que a produção, não apenas dos livros, mas também dos próprios textos, é um processo que implica, além do ato da escrita, diferentes momentos, diferentes técnicas, diferentes intervenções”.

Talvez importe saber que o manual de Machado Coelho foi encadernado em capa dura, revestida com tecido vermelho, possivelmente a reforçar o vínculo simbólico com as cores da nobreza, habituada ao espadim, à cartola e à casaca revestida de carmim. O livro contém 252 páginas em formato menor (8 cm x 12,5 cm). A página de rosto reproduz o padrão das edições que circulavam na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Na página anterior há a ilustração de um jovem – possivelmente um secretário ou poeta –, vestido segundo a moda da época. Aparentemente pensativo, a mão esquerda sustenta a cabeça; a mão direita se posi-

8 Alain Choppin, “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”, in *Revista Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3. São Paulo, set.-dez./2004, pp. 549-66.



Página de rosto do manual de Machado Coelho

ciona sobre o que parece ser um caderno ou mata-borrão, longe da caneta-tinteiro. Acomodado a uma cadeira de espaldar alto, a mesa robusta dá para uma janela quadriculada, com a cortina afastada, por onde chega a luz do dia (ver ilustração acima).

O que o desenho sugere? Que a tarefa de escrever cartas não é das mais fáceis. A postura desanimada do rapaz, vestido a caráter, parece indicar que ele não está a escrever, mas sim, a pensar em como proceder. É provável que um leitor da época associasse a apatia do modelo desenhado à dificuldade em redigir cartas. Nesse sentido, a gravura prenuncia o título e o subtítulo que constam da página seguinte. Uma eficiente estratégia para vender o livro, que parece dizer: “Dificuldade em confeccionar cartas? Eis a solução”. A obra tinha caráter eminentemente pragmático, para não dizer utilitário⁹. Quase não há paratextos,

salvo as “Instruções preliminares”, entre as páginas 1 e 14, em que o autor apresenta elementos inerentes à elocução, estruturação

9 “[...] o *Secretário* de Cândido Lusitano é, pois, o primeiro desses manuais dedicado[s] exclusivamente à prática epistolar. Na advertência da edição de 1801 do *Secretário*, o editor chama a atenção para o sucesso deste livro que exigia uma nova edição, mesmo sem a garantia de lucro: ‘Obra que tem tido grandes aplausos, e boa aceitação, não só porque até agora não saiu à luz outra neste gênero, mas também pelo nome de seu respeitável Autor’ (Freire, 1801: 2). A primeira arte epistolar portuguesa é direcionada aos escritores especializados, os *Secretários*, cuja prática exige deles alguns atributos, uma vez que ‘pelo ordinário só é próprio de pessoas inteligentes o compô-las com método, e boa forma’ (Freire, 1801: 1). Embora admita ser coisa muito comum escrever cartas, pois ‘tanto aos ignorantes, como aos Sábios, frequentemente é preciso o comunicarem-se por meio de Cartas com os ausentes’ (idem: idem) a destinação escolar e didática se mostra em vários aspectos. Para o autor, escrever cartas é, sobretudo, uma arte que extrapola a mera comunicação entre os ausentes, pois exige ‘um vivo engenho, inteiro conhecimento das Línguas Latina e Materna, e uma larga lição dos melhores Autores, que escreveram Cartas e trataram do modo como se devem formar’ (idem: idem)” (Barbosa, 2011, p. 93).

e apresentação material das cartas: “Estilo – Ceremonial – Papel das Cartas – Data – Inscrição ou qualificação – Corpo das Cartas – Conclusão das Cartas – Fechado das Cartas – Sobrescripto ou endereço – Franqueio ou porte-pago das Cartas”.

Esse dado é relevante. Permite afirmar que Coelho recorreu ao que preconizavam os antigos manuais de retórica da Antiguidade, que defendiam o próêmio (ou exórdio) como introdução conveniente ao discurso ou ao livro: “[...] prólogos, cartas ao leitor, discursos laudatórios, prefácios e dedicatórias têm a mesma finalidade do exórdio, qual seja, conquistar o interesse e a benevolência do leitor, exibindo por antecipação a causa final do discurso que o segue”, demonstra Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (2009, p. 15). No último item da seção introdutória (“Reflexões”), Machado Coelho (1882, p. 13)¹⁰ adverte para a permanência do que se faz por escrito e, por isso, recomenda a virtude da prudência¹¹ ao redigir cartas: “Recente injúria conserva-se, e pode oferecer arma contra nós qualquer expressão que escorada em confiança ou amizade, nos haja escapado. Quem nos poderá afiançar que uma palavra indiscreta, por nós escripta com plena confiança, não

seja depois documento que nos condene?”. Além das “Instruções”, cada seção contém brevíssimas “Observações”, a tematizar o que as missivas tratam convenientemente.

Na segunda parte do livro (“Cartas para dia de annos”), há tanto correspondências endereçadas a familiares, como aquelas para circular entre amigos ou conhecidos. Lidas hoje, elas provavelmente nos divertem. O que se imagina de uma carta “A um amigo sem cerimonia”, ou de uma epístola endereçada “A outro com quem não temos tanta confiança”? O tratadista sugere a seguinte redação para o primeiro caso: “Fazes amanhã annos, darás banquete, e eu quero ser um dos convidados” (*NME*, pp. 19-20). Em sendo outro o grau de intimidade, eis a recomendação: “Nem Vm. tenha em duvida as supplicas, que ao Todo-Poderoso envio, para que dilate os annos de Vm., e os de toda a sua família, á qual tributo meu respeito em ocasião tão plausível” (*NME*, p. 20). Após apresentar modelos destinados a celebrar aniversários, seguem as “Cartas para começo e fim de anno”, em que chama a atenção a missiva escrita desacompanhada de presente: “Tão infeliz sou, caro amigo, que só com votos estereis posso manifestar-lhe minha estima; mas coração, qual o seu, com isso se contenta” (*NME*, p. 34). O quarto tópico do livro contempla as “Cartas de felicitações”, destinadas tanto “a um general”, “a um juiz” ou “a um bispo”, quanto “a uma senhora recém-casada, mas pobre”, cujos termos hoje seriam passíveis de violenta recriminação:

“Tinha o céu a Vm. concedido todas as virtudes, e agora outorga-lhe os bens da fortuna, que não podem ser mais bem empregados. O que porém mais que elles vale, é possuir Vm. um esposo estimável por seu character e excel-

10 Deste ponto em diante, todas as referências ao *Novo manual epistolar* serão assinaladas por *NME* e seguidas do número de página a que a citação corresponde. Foi mantida a grafia do autor e corrigidas as gralhas.

11 Na *Suma teológica*, ao discorrer sobre a “Prudência”, Tomás de Aquino (2005, p. 3) lembrava: “Segundo Isidoro, prudente (*prudens*) significa aquele que vê longe (*porro uidens*), pois tem visão aguda e antevê as possibilidades que podem ocorrer nas situações contingentes. Ora, a visão pertence ao conhecimento e não ao apetite”. Na *Arte da prudência*, Baltasar Gracián (2009, pp. 31-2) alertava: “Jogar jogo aberto não é de utilidade nem de gosto. O não se declarar deixa suspenso, e mais quando a elevação do cargo dá ensejo à expectação universal; insinua mistério em tudo e pela arcanidade provoca a veneração”.

lentes prendas, e que sobremaneira a aprecia. Nem póde ser duvidoso o seu amor, visto ter sacrificado as vantagens da riqueza para assegurar as da virtude e graças” (NME, p. 49).

A seção seguinte contém as “Cartas de pezame ou dó”, em que se destaca a missiva “Para consolar um enfermo”: “Participe-me, sempre que puder, o estado da sua saúde, afim de alliviar-me do cuidado que a esse respeito seu silencio me causara. Eis surge a primavera, estação que forçosamente ha de ser-lhe propicia” (NME, pp. 60-1). O manual também prevê a confecção de correspondências para o restabelecimento de vínculos afetivos. São as chamadas “Cartas de reconvenções”. Veja-se, por exemplo, esta, em que o missivista se dirige assertivamente “A um que não trata de saber de nós”: “Bem pudera eu morrer, sem que isso lhe causasse o menor abalo, pois tão descuidado é a meu respeito. De mim póde estar certo que hei de amal-o enquanto me durar a vida” (NME, p. 80). Na sétima parte estão as “Cartas de desculpa”. É sugestivo que elas estejam dispostas imediatamente após as cartas de “reconvenções”: o autor ensina como repreender o ausente; mas também como se escusar da censura, como sugere o modelo “A um protector ao qual não se escreve ha muito tempo”, onde se lê: “Quaesquer exprobrações que Vm. faça, nunca igualarão as que severo o coração me vibra” (NME, p. 89-90). Como era de se esperar, o manual guarda respeito às convenções e tratativas do gênero instrucional, o que inclui a forte noção de hierarquia, a ser obedecida na relação entre “meninos” e “seus pais ou superiores”. Caberia discutir os graus de tratamento, conforme previstos na *Ars Dictaminis*, rigorosamente seguidos pelos jesuítas. Como afirma João Adolfo Hansen:

“[...] as formas dos decoros são absolutamente fundamentais, pois classificam, separam e ordenam hierarquicamente os indivíduos e os estados desse corpo. Distinguindo, o decoro é discreto, como decoroso e discreto deve ser o estilo. Signo evidenciador do engenho e do juízo, o estilo associa-se à prudência, virtude intelectual que controla os apetites individuais garantindo a concórdia e a paz do todo subordinado do Império. Para informar o destinatário adequadamente, o remetente subordina os enunciados à função retórica da *utilidade*, recorrendo a lugares-comuns do gênero adotado, a uma ordem coerente e ao estilo¹² simples, desataviado e breve, nas cartas familiares; e ao medíocre, claro e didático, nas negociais. A clareza elocutiva deles é prescrita como adequada para compor a perspectiva com que o destinatário recebe e avalia as matérias narradas. Para tanto, o remetente sempre compõe três tipos de destinatários: inferior, igual e superior”¹³ (Hansen, 2008, pp. 286 – grifo do autor).

12 Adma Muhana (2000, p. 333) salienta que “[...] baseado na teoria dos três estilos da *Retórica a Herênio*, nessa época atribuída ao mesmo Cícero, pela qual todos os discursos são ou graves, ou temperados, ou humildes, conforme a matéria tratada e o fim a que se destina, Petrarca advoga para suas cartas o estilo temperado, familiar e plano, sem grandes torneios inventivos e elocutivos, de argumentos ou de figuras da linguagem”.

13 Deve-se a James Murphy a síntese relacionada aos três modos de endereçar as cartas, que remontam à Antiguidade: “[Julius] Victor also remarks on the differences caused by the social status of sender and recipient. If one writes to a superior, the letter should not be jocular; if on a equal, it should not be discourteous; if on an inferior, it should not to be proud. The familiar letter should fit the occasion, whether to console or to do whatever fits the situation” (Murphy, 1974, p. 196) [Julius Victor também assinala as diferenças provocadas pelo social status de remetente e destinatário. Se alguém escreve para um superior, a carta não deve ser jocosa; se para um igual, não deve ser descortês; se escreve para um inferior, ele não deveria ter orgulho. A carta familiar deveria adequar-se à ocasião, fosse para consolar ou o que mais fosse necessário para acomodar a situação].

Para ilustrar a preocupação com os níveis de endereçamento, veja-se como uma irmã deveria se reportar ao irmão: “Recebe como regalo a sinceridade do meu carinho, e não esqueças de praticar outro tanto comigo no dia do meu santo” (*NME*, p. 99). A nona seção traz as “Cartas de recommendação e supplica”. Estas talvez sejam as missivas mais curiosas do manual, pois sugerem como funcionavam os protocolos relacionados aos favores e cortesias, em vigor na corte ao final do século XIX. Vejamos como pedir “A um amigo para obter o favor de um ministro”, em modelo transcrito na íntegra:

“Senhor meu: o credito que Vm. goza junto ao ministro é effeito de sua discrição e merito. Eu bem desejára não recorrer a elle, porém as circumstancias assim o exigem: eis a razão por que agora me valho do prestimo de Vm. Certo estou que duas palavras suas, a respeito do meu negocio, podem dar-lhe feliz aspecto. Confio, pois, que n’esta occasião me confirme a amizade com que sempre tratou este seu, etc.” (*NME*, p. 128).

No livro, o próximo tópico relaciona-se às “Cartas de agradecimento”. Dentre elas, vale a pena saber como se retribui “a um amigo por ter mandado mais dinheiro que o pedido”. Assim: “Bem sei que Vm. não quererá admitir esta minha observação, e responder-me-ha, com a sua usual bondade, que nada me pede e que o embolsarei quando puder: assim é, mas eu consulto menos a sua generosidade, que a minha delicadeza” (*NME*, p. 137). Já na décima primeira seção do manual, vão as “Cartas sobre declarações de amor com o objecto honesto de matrimonio”. Como se reportar “A uma senhora a quem se ama”, em acordo com o que pede o estilo reto e discreto?

“[...] por que não farei eu n’elle [anno novo] confissão ingenua do meu antigo amor? por que não ousarei dizer-lhe que a amo tão terna quanto honestamente? Digne-se Vm., senhora, receber sem offender-se esta declaração tão sincera como verdadeira, e permita-me a suplique não a confunda com as que fazem por costume a adulação e a etiqueta em taes dias. Isso causaria sentimento a seu apaixonado, etc.” (*NME*, pp. 148-9).

A seguir, seguem os modelos de “Peditórios matrimoniaes”, em que se imagina persuadir “uma senhora a que espouse certo cavalheiro”:

“Senhora: Vm. não ignora que o Sr. D. F. foi nomeado governador de... Elle, mais para ser digno de Vm. que por ambição, solicitou este posto. Só Vm. pôde tornal-o cabalmente ditoso seu destino ao d’elle. Pois dê este passo, senhora; que receia? Será acaso infeliz com um homem que, sobre amal-a ternamente, é virtuoso e abastado?” (*NME*, pp. 179-80).

As seções finais contemplam “Modelos de bilhetes” (o que reforça o propósito pragmático e o caráter popular do manual)¹⁴,

14 “Erasmus de Rotterdam, que define a carta, em sua *Brevissima formula*, como ‘um colóquio entre ausentes’, afirma que ela ‘nada traz que a difira de uma conversação do cotidiano em linguagem comum, e muito erram aqueles que utilizam uma certa grandiloquência trágica na composição da carta e, onde todos os homens de engenho agem sem artifício, procuram esplendor e glória de abundância e de ostentação, quando muito pouco é necessário’. De modo que o estilo epistolar deve ser simples e descuidado, de forma que pareça não trabalhado, quase improvisado e sem preparação, pois ‘uma carta deve parecer não trabalhada e espontânea: aqueles que ansiosamente procuram palavras obsoletas ou incomuns ou cunham neologismos e algumas vezes escrevem uma carta inteira com o objetivo de uma ousada palavra nova revelam serem bárbaros eles mesmos’” (Tin, 2003, pp. 20-1).

“Cartas de negócio e commercio”, “Cartas varias”, além de “Modelos de requerimentos e petições”. Dentre elas, valeria a pena transcrever, na íntegra, um pedido “a el-rei” para que se perdoasse “uma pessoa condemnada á morte” (*NME*, pp. 238-40):

“F. de F., mãi de F. de F., ao qual uma sentença justa, mas rigorosa, condemnou á morte, banhada em lagrimas, e com o maior respeito, expõe a V. M.: Que um colerico movimento, provocado por um homem imprudentissimo, seu filho, valendo-se das proprias forças, tirou a vida ao seu inimigo, e as leis condemnarão-o á pena capital. Mas, senhor, deve acaso um transporte ser castigado como um crime meditado no coração do perverso? Meu desgraçado filho, antes d’esde fatal successo, deu repetidas provas de honrado, e sua juventude, instruida de novo por terrivel experiencia, promette dal-as maiores. Consentirá pois V. M. que aquelle, que por seu arrependimento póde ser util á sociedade, seja tão cruelmente arrancado d’ella? A clemencia, senhor, é a virtude dos grandes principes, e quando V. M., subindo ao throno, se reservou o direito de perdoar, mostrou não querer renunciar o melhor timbre de sua corôa. Confiada pois na bondade de V. M., e com o maior rendimento supplica a V. M. que se digne moderar sentença tão terrivel, enxugar as lagrimas de uma affligida mãi, e volver ao seio de uma desolada família a perdida intranquilidade. *E. R. M.*”.

Para além do léxico característico da apelação judicial, esse modelo de carta parece relacionar-se com as famigeradas *lettres de cachet*, que circularam na França durante o século XVIII, em que “uma forma arbitrária da autoridade real vai se constituir

em uma bênção para famílias que, às voltas com a libertinagem desonrosa de um de seus membros, deseja evitar qualquer ação da justiça ordinária considerada infamante” (Farge, 2013, p. 574).

TRADIÇÃO

A popularidade dos manuais que ensinavam a redigir cartas, durante o século XIX, permite relativizar a ideia de que a ascensão da burguesia fosse incompatível com a noção de regramento social e prescrição da escrita. Em continuidade aos tratados que circulavam em Portugal, desde o Seiscentos, as sociedades ditas “modernas”¹⁵ continuavam a se orientar por convenções, ainda que elas fossem diferentes em relação aos tratados de outros tempos. Como propunha Luís Verney (1950, p. 5), em meados do século XVIII, “todo lugar é teatro para retórica”. Empregando a hipótese de Reinhart Koselleck, diferentes estratos do tempo ocorreriam simultaneamente, o que sugere que determinadas práticas deixam vestígios desdobrados no futuro. De acordo com Fernando Munhós (2015, p. 15), a carta seria:

“[...] o texto que permeia e viabiliza uma prática social e política específica no chamado Antigo Regime português, não estando, nessas condições, excetuada do costume letrado de preceitos há muito difundidos e coletivizados. Ao considerar a instituição retórica que desde a Antiguidade traduz os

15 “O próprio termo ‘*Neuzeit*’ [modernidade], hoje tão corrente, só surge no século XIX. Aparece pela primeira vez no período da Revolução de Julho de 1830, quando se tornou evidente que a revolução ainda não havia chegado ao fim” (Koselleck, 2014, p. 211).

bons usos do texto e da fala em preceitos passíveis de ensino, é impossível abordar o gênero da conversa entre ausentes sem identificá-lo como derivado de técnicas determinadas das artes retóricas da instituição”.

“Falla em tuas cartas como se estivesses ante a pessoa a quem escreves”, recomenda o tratadista português¹⁶. O *Novo manual epistolar* seria utilizado como se se tratasse de um conselheiro supostamente hábil nas múltiplas matérias, variados métodos e adequada expressão, ao compor cartas. Ora, de Cícero a Erasmo se disse que a carta era “diálogo entre ausentes”¹⁷. Como deveríamos considerar um manual cujo propósito era ensinar a redigi-las? Talvez do mesmo modo: estamos a tratar do livro de Coelho 136 anos após a sua edição. Tão importante quanto os tópicos previstos no *Novo manual epistolar*, de Machado Coelho, estava o cuidado em reportar-se convenientemente aos diferentes graus previstos na hierarquia social da corte carioca, no que parecia evocar a tradição greco-latina. Dessa maneira,

“[seria] necessário recorrermos à célebre divisão ciceroniana das cartas para chegarmos

ao sentido do que seja ‘carta familiar’ no período dito renascentista. Na carta a Cúrio, afirma Cícero¹⁸: ‘há, tu não o ignoras, mais de um gênero de cartas; mas entre todos o mais autêntico é aquele a que se deve a própria invenção das cartas, aquele que nasceu do desejo de informar os ausentes, quando era interessante para eles ou para nós que eles fossem informados de qualquer coisa. [...] Há dois outros gêneros de cartas, e que me deliciam, um familiar e jocoso, o outro severo e grave”’ (Tin, 2003, p. 19).

Se interpretado como livro para “aconselhamento”, a *Arte de escrever* reforçaria o gênero antigo a que também pertenceria, a sugerir que Machado Coelho pretendia publicar uma obra exemplar; um “manual”, no sentido rigoroso do termo, por estar sempre ao alcance da mão. Como salienta Edmir Míssio (2012, p. 39):

“[...] segundo Skinner, no início do século XIII, a união entre *ars dictaminis* e *ars arrendi* (arte de fazer discursos públicos) promove o surgimento de dois gêneros ‘literários’ de conteúdo político: as crônicas da cidade e os livros de conselho. Guido Faba (1190-1240), Buocompagnus de Signa, João de Viterbo, Brunetto Latini (1220-1294) e Dino Compagni são assinalados entre os autores mais importantes dessa tendência”.

A essa altura, caberia perguntar: a quem o tratado de Coelho se dirigia? Provavelmente às camadas médias e baixas, de ambos os gêneros, do Rio de Janeiro, no final do século

16 *Novo manual epistolar*, 1882, p. 14.

17 “A carta é *colloquium*, como diz Erasmo, fala entre amigos ausentes. Por definição, ela é um gênero do discurso ou um gênero próprio da personalidade, em oposição à história, que é um gênero impessoal. A carta é *sermo*, definido por Cícero como ‘fala’ sobre assuntos próprios entre amigos ausentes. O *sermo* deve ser simples: como diz Erasmo, escrever uma carta equivale a ‘sussurrar com um amigo num canto’, não a ‘gritar num teatro’. A relação estabelecida entre o remetente presente e o destinatário ausente é performativa, uma vez que para mover ou persuadir o destinatário a carta inclui na forma, como elementos especificadores do decoro, a circunstância da escrita e a imitação da fala da ‘pessoa natural do remetente”’ (Hansen, 2000, p. 264).

18 A tradução, feita pelo próprio Emerson Tin, consta de: Marco Túlio Cícero, *Correspondance*, texte établi et traduit par L.-A. Constans. Paris, Les Belles Lettres, 1936, tomo III, pp. 170-1.

XIX. Isso porque o manual quase não contém reflexões; tampouco dialoga (ao menos, não explicitamente) com a longa tradição dessa arte, que acumulava dezenas de tratados, desde a Antiguidade greco-latina. O fato de ser uma obra eminentemente pragmática – e orientada pelo assunto, modelo de carta e linguagem –, facultaria ao consulente sair em vantagem, no diálogo por escrito com o destinatário. Se as recomendações para mulheres são em menor número e sugerem submissão aos desígnios do mundo masculino (representado por marido, pai ou irmão), as orientações voltadas para os homens enaltecem o rigor das palavras e a postura de quem se posiciona de modo conveniente perante a sociedade. Outro aspecto a reforçar essa hipótese está na forma abreviada das cartas, na linguagem sugerida pelo autor ao redigi-las, e no caráter eminentemente didático do livro, como se o manual representasse o modo como agiria um professor que conduzisse os seus pupilos em momentos de maior apuro, orientando-os a recorrer a lugares-comuns da *ars dictaminis*¹⁹.

“É porque as coisas que são precisam aparecer, ter aparência de que o são, para pessoas diversas em diversos lugares e circunstâncias que existe a retórica²⁰. Ela ensina ao

orador como mostrar sensivelmente aos seus ouvintes, por meio das palavras aladas, a existência ou a inexistência de uma coisa, a justiça ou a injustiça da mesma, a sua utilidade ou desvantagem, ou ainda a sua beleza ou fealdade. E ainda, para que essas coisas se mostrem verdadeiramente, precisam ser encorpadas com os afetos e qualidades que aquele orador sábio, com sua natureza, experiência e juízo, percebe nelas” (Muhana, 2000, p. 330).

Obras como o *Novo manual epistolar* de Machado Coelho sugerem que as lições da retórica greco-latina, em vigor desde o século V a.C., continuavam a respaldar as preceptivas concebidas e publicadas, pelo menos até o final do século XIX. Essa hipótese ganha ainda mais força ao resgatarmos o notável trabalho de Roberto Acízelo de Souza (1999), que documentou o ensino da disciplina “Eloquência”, durante o Oitocentos, no prestigiado Colégio Pedro II. Evidentemente, a troca de correspondências continuou a acontecer na República, o que permitiria detectar fórmulas discursivas aplicadas às cartas dos velhos “novos” tempos. Ao analisar a correspondência de escritores do período, Emerson Tin (2018, p. 182) observou que:

“Ao contrário de séculos anteriores, a modernidade não se debruçou sobre a produção de obras teóricas para a orientação da escrita de cartas. O século XX conheceu, quando muito, manuais de popularização do gênero, obras de intenção didática e prática, formulários de modelos antes de tudo – obras, para ficarmos no contexto brasileiro, como o *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, com seu capítulo dedicado às cartas, ou *O secretário*

19 “A técnica de escrever cartas desenvolvida na chancelaria eclesiástica restringiu-se, inicialmente, aos formulários, compreendidos como ‘coleções de modelos para a execução de documentos (acta), privados e públicos; com espaços deixados para a inserção de nomes, datas e circunstâncias particulares a cada caso” (Missio, 2012, p. 38).

20 Como recomendava Torquato Accetto (2001, p. 42), “[...] as raposas entre nós são muitas e nem sempre conhecidas, e, quando são reconhecidas, é difícil usar a arte contra a arte, e nesse caso será mais astuto quem mais souber manter a aparência de tolo, pois mostrando acreditar em quem quer nos enganar, pode-se fazer com que ele creia em nosso modo”.

rio moderno ou Guia indispensável para cada um se dirigir na vida sem auxílio de outrem, de J. Queiroz, ou ainda *A arte de escrever cartas e os meios de adquirir um bom estilo*, de Eduardo Sucupira Filho. [...] Ao longo de páginas e páginas de missivas, encontramos, salpicadas aqui e ali, reflexões sobre a formatação e, muitas vezes, sobre a limitação do gênero”.

O artifício preside o manual de Machado Coelho, que recomenda ao leitor escrever de modo “simples e conciso em suas expressões”, a tratar as pessoas “com mais ou menos familiaridade, mais ou menos respeito, segundo o grão em que se achão, e desempenharás teu dever quanto ao estylo” (NME, pp. 1-2). Ainda sobre o assunto, afirma Coelho: “Convem que o estylo seja igual n’uma carta, menos que a pessoa que escreve seja doada de engenho tal, que possa passar de um estylo a outro sem incorrer nota de atrevido” (NME, p. 7). Por essa mesma razão, “sobejar polidez não prejudica, porém uma falta, um esquecimento basta para indispor a pessoa a quem se escreve”

(NME, p. 3). Herdeiro da *ars dictaminis*, orienta-nos a considerar a “qualidade” do destinatário, antes de lhe escrever: “O título que se dá aos sujeitos a quem se escreve, e se põe no principio da carta, chama-se inscripção. Ella varia segundo a qualidade das pessoas” (NME, pp. 4-5). Daí o autor invocar a virtude da “prudencia, a quem escreve uma carta” (NME, p. 13), o que combina traquejo social e fidelidade ao catolicismo – religião oficial do Império.

Como se vê, os elementos são muitos; mas, evidentemente, pode-se fechar os olhos para os vínculos entre as artes preceptivas situadas em diferentes territórios e tempos distantes. E pior: desprezar o fato de que, embora se voltasse para o “gosto actual”, o pequeno grande tratado de Machado Coelho mantinha relação com os manuais que circulavam nas cortes europeias, pelo menos desde o século XVI. Desprezar essa prerrogativa será o expediente mais adequado, caso se queira enxergar espontaneidade, ignorando-se as convenções retórico-poéticas, na forma de preceptivas e artes, do “Pré-Romantismo” em diante.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, Meyer Howard. *The mirror and the lamp: romantic theory and the critical tradition*. Oxford, Oxford University Press, 1971.
- ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. Trad. Edmir Missio. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- AQUINO, Santo Tomás de. *A prudência: a virtude da decisão certa*. Trad. Jean Lauand. São Paulo, Martins Fontes, 2005 [Extrato da *Suma teológica*].
- BARBOSA, Socorro Pacífico de Fátima. "Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira", in *Veredas*, n. 15. Santiago de Compostela, 2011, pp. 79-106.
- CARVALHO, José Murilo de. 'História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura', in *Topoi*, n. 1. Rio de Janeiro, 2000, pp. 123-52.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. Teresina, Edufpi/Fapepi, 2009.
- CHARTIER, Roger. "Materialidade do texto e expectativa de leitura. Concordâncias ou discordâncias?", in Marcelo Lachat ; Natali Fabiana da Costa e Silva (trad. e organização). *Ficção e memória: estudos de poética, retórica e literatura*. Macapá, Unifap, 2017, pp. 183-211.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CUNHA, Cilaine Alves. "Introdução", in Gonçalves Dias. *Cantos*. São Paulo, Martins Fontes, pp. IX-LVII.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Vol. I: Uma história dos costumes*. 2ª ed. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- FARGE, Arlette. "Famílias. A honra e o sigilo", in Roger Chartier (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. 3ª reimp. Trad. Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, pp. 559-94.
- GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos da teoria da história*. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, Vozes, 2010.
- GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- HANSEN, João Adolfo. "Correspondência de Antônio Vieira: o decoro", in *Revista Discurso*, 31, pp. 259-84.
- _____. "Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira (1626-1697)", in *Teresa*, n. 8/9. São Paulo, USP, 2008, pp. 264-99.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- MÍSSIO, Edmir. *A civilidade e as artes de fingir: a partir do conceito de dissimulação honesta, de Torquato Accetto*. São Paulo, Edusp, 2012.
- MUHANA, Adma. 'O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*', in *Revista Discurso*, n. 31. São Paulo, 2000, pp. 329-45.
- MUNHÓS, Fernando Brescancini. *Negócios coloniais: o gênero epistolar entre os homens do trato do século XVIII*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2015.

- MURPHY, James. *Rhetoric in the Middle Ages: a history of rhetorical theory from St. Augustine to the Renaissance*. Berkeley, University of California Press, 1974.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo, Edusp, 2001.
- REVEL, Jacques. "Os usos da civilidade", in Roger Chartier (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. 3ª reimp. Trad. Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, pp. 169-210.
- RÜSEN, Jörn. "Retórica e estética da história: Leopold von Ranke", in Jurandir Malerba (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Trad. Thiago Aguiar de Moares; Diego de Lima Webber. Petrópolis, Vozes, 2016, pp. 85-103.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro, Eduerj/Eduff, 1999.
- TEIXEIRA, Ivan. "Artifício, persuasão e sociedade em Olavo Bilac" in *Revista USP*, n. 54. São Paulo, SCS-USP, 2002, pp. 98-111.
- TIN, Emerson. "Familiar del universo": *arte epistolar e lugar-comum nas cartas familiares (1664) de D. Francisco Manuel de Melo*. Dissertação de mestrado. Campinas, IEL-Unicamp, 2003.
- _____. "'Em mangas de camisa': lugares-comuns do gênero epistolar a partir de cartas de escritores brasileiros do século XX", in *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, v. 27, n. 1. Belo Horizonte, 2018, pp. 181-204.
- VERNEY, Luís. *Verdadeiro método de estudar – Volume II: Estudos literários*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1950.